A IMPORTÂNCIA DAS DESPESAS PÚBLICAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

MÁRCIO DE REZENDE MARTINHO
Mestrando
Universidade de Brasília – UnB
PROF. DR. ABIMAEL DE JESUS BARROS COSTA
Professor Orientador
Universidade de Brasília – UnB

Resumo
Este artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre despesas públicas na área de assistência social, utilizando a Teoria do Enfoque Meta Analítico Consolidada (TEMAC). Realizou-se uma análise bibliométrica das despesas públicas em assistência social, identificando as principais tendências e lacunas na literatura acadêmica sobre o tema. A pesquisa revelou um crescimento significativo no interesse pelo assunto, especialmente em períodos de crise econômica e social, mas também apontou a concentração de publicações em certas regiões geográficas, como Europa Ocidental e América do Norte, evidenciando uma desigualdade na disseminação do conhecimento. Apesar dos avanços, ainda há dispersão nas contribuições e ausência de uma linha contínua de investigação, o que limita o aprofundamento teórico e prático. Foram observadas diferenças entre as abordagens de países desenvolvidos, que priorizam a sustentabilidade e austeridade, e países em desenvolvimento, que focam na efetividade dos programas de transferência de renda. Os métodos utilizados destacaram a importância de ferramentas como *VOSviewer* e *Bibliometrix* para mapear e visualizar a produção científica, orientando futuras pesquisas. O estudo conclui que, para promover um sistema de assistência social mais eficaz e equitativo, é necessário maior colaboração acadêmica e disseminação de melhores práticas internacionais, enfatizando a relevância de políticas públicas baseadas em evidências e adaptadas às realidades locais.

Palavras chave: assistência social, análise bibliométrica, políticas públicas, desigualdade, eficácia das política.

1. INTRODUÇÃO

A assistência social desempenha um papel primordial nas políticas públicas, funcionando como uma ferramenta estratégica para reduzir desigualdades sociais e promover o bem-estar dos cidadãos. Seu objetivo central é oferecer uma rede de proteção às populações mais vulneráveis, promovendo o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Em momentos de incerteza econômica, como crises financeiras e pandemias, os programas de assistência social tornam-se ainda mais fundamentais, mitigando os impactos negativos da pobreza e da desigualdade.

Essas iniciativas governamentais são viabilizadas por meio da alocação de recursos públicos, configurando-se como despesas públicas essenciais ao bom funcionamento das políticas de proteção social. No entanto, apesar da importância desse investimento, a eficácia e eficiência das despesas com assistência social ainda são alvos de amplas discussões na literatura, especialmente no que tange à sua capacidade de gerar resultados positivos de longo prazo.

Nos últimos anos, o interesse acadêmico sobre o impacto das despesas públicas com assistência social tem aumentado, refletindo a necessidade de compreender melhor sua influência no desenvolvimento socioeconômico. Estudos como os de Jingga et al. (2022) mostram que, quando bem estruturados, esses gastos podem promover crescimento inclusivo, reduzir a desigualdade de renda e aumentar a produtividade. Olena et al. (2022) destacam a importância de inovações nas políticas sociais, sugerindo que abordagens inovadoras podem otimizar a eficiência e eficácia dos programas de assistência social.

Ferdi (2022), ao analisar as despesas sociais em países da OCDE, reitera a necessidade de políticas públicas bem estruturadas para promover o desenvolvimento econômico. Por outro lado, Miryam (2021) destaca que desafios globais, como o envelhecimento populacional e crises econômicas, aumentam a demanda por programas de assistência social, tornando imprescindível a implementação de uma gestão fiscal responsável e transparente.

Embora esses estudos tenham contribuído para a compreensão do impacto das políticas sociais, persistem desafios consideráveis. Há uma lacuna significativa em estudos que investiguem a efetividade comparativa das despesas públicas com assistência social em diferentes contextos culturais e socioeconômicos. Além disso, carecem de análises mais aprofundadas sobre como os recursos podem ser alocados de maneira mais eficiente para maximizar os benefícios sociais, especialmente em países em desenvolvimento. A escassez de dados comparativos entre diferentes regiões dificulta uma avaliação abrangente da eficácia dos sistemas de bem-estar social, limitando a aplicação de políticas baseadas em evidências.

A produção científica sobre despesas públicas com assistência social tem variado significativamente ao longo do tempo e entre diferentes regiões geográficas. O entendimento dessa evolução é essencial para identificar lacunas e oportunidades de pesquisa.

Este estudo tem como objetivo mapear as tendências emergentes na área, destacando os principais contribuidores e avaliando os impactos das pesquisas sobre o tema. Para isso, foram analisados o número de publicações por ano, as citações por ano, as revistas que mais publicaram, a coocorrência de palavras-chave e os artigos mais citados. Essa abordagem permite considerar a evolução temporal, identificar os autores e revistas mais influentes, bem como compreender as dinâmicas de pesquisa no campo em questão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A assistência social constitui um pilar fundamental nas políticas públicas, visando à redução das desigualdades e à promoção do bem-estar social. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, consolidando-a como política pública essencial (Brasil, 1988). Dessa forma, a assistência social, como política pública, ocupa um lugar central no sistema de seguridade social, especialmente no contexto da mundialização do capitalismo e das crises recorrentes que impactam as despesas sociais dos Estados.

Para uma análise abrangente das despesas públicas com assistência social, tanto no Brasil quanto em outros países, é importante considerar as dimensões tributária, o financiamento indireto e a gestão financeira dos recursos públicos conforme proposto por Salvador e Teixeira (2014, citado por Salvador e Couri, 2017).

No Brasil, a assistência social se consolidou como política pública com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que trouxe avanços significativos, especialmente no que tange ao financiamento. O SUAS, operacionalizado a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), prevê a primazia do Estado na efetivação dessa política, mas também admite a participação de entidades privadas sem fins lucrativos (Salvador e Couri, 2017). Essa dualidade no modelo de financiamento exige uma análise aprofundada para compreender as implicações da participação do setor privado na provisão da assistência social.

O financiamento direto da assistência social no Brasil se dá por meio de transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os entes federativos. A criação do FNAS e a instituição da função orçamentária "Assistência Social" representaram marcos importantes para a garantia de recursos para essa política. (Salvador e Couri, 2017).

Cavalcante (2022) destaca a importância de se analisar a política de assistência social a partir da perspectiva do neoinstitucionalismo, pois essa teoria permite examinar as relações entre Estado, sociedade, instituições e atores estatais e não estatais. A autora enfatiza que atores formais, como o legislativo e o executivo, e atores informais, como entidades representativas de profissionais da assistência social, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, desempenharam papéis na reivindicação do reconhecimento da assistência social como política pública.

A experiência da França, com seu sistema de proteção social consolidado, oferece um contraponto interessante para a análise do financiamento da assistência social. Apesar das diferenças históricas e estruturais entre, a França também enfrenta desafios relacionados à sustentabilidade financeira da seguridade social em um contexto de crise do capitalismo e de pressões neoliberais. (Behring, 2013).

A França, contudo, destina uma parcela significativamente maior de seu orçamento para a saúde e a assistência social, em comparação com o Brasil, o que evidencia diferentes prioridades na alocação de recursos públicos. Comparando as despesas com assistência social entre Brasil e França, observa-se um subinvestimento significativo no Brasil, tanto em termos absolutos quanto em relação ao PIB. Enquanto a França investe em programas de mínimos sociais e alocações familiares robustos, o Brasil concentra a maior parte dos recursos da assistência social em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que, apesar

de sua importância, não se comparam à abrangência e à generosidade dos programas franceses. (Behring, 2013).

O estudo de Celia Lessa Kerstenetzky e Graciele Pereira Guedes (2018) analisa a evolução do estado de bem-estar social em países da OCDE, com foco das despesas com assistência social, seu financiamento e sua efetividade. Kerstenetzky e Guedes (2018) demonstram que, apesar das pressões neoliberais por austeridade fiscal, o gasto social nos países da OCDE continuou a crescer ao longo das últimas décadas, mesmo durante períodos de crise econômica. Esse crescimento, segundo as autoras, reflete a capacidade do estado de bem-estar social de resistir às pressões por redução de gastos e de se adaptar às novas demandas sociais, como o envelhecimento da população e as mudanças no mercado de trabalho.

A comparação entre Brasil, França e países da OCDE evidencia não apenas diferenças estruturais e históricas, mas também aponta para uma lacuna na pesquisa sobre as despesas com assistência social em todo mundo. Ao mapear as tendências emergentes na área, torna-se importante investigar como diferentes países estão adaptando suas políticas de assistência social frente às mudanças econômicas globais e às pressões por austeridade fiscal.

A análise das despesas com assistência social, portanto, exige uma abordagem crítica que considere não apenas os recursos diretamente alocados para essa política, mas também as renúncias fiscais, as escolhas políticas e as relações entre Estado e setor privado. A compreensão da conjuntura econômica global, das pressões fiscais e dos discursos que sustentam as políticas de austeridade é fundamental para desvendar os mecanismos que impactam as despesas com assistência social e as suas consequências para a garantia de direitos e a efetivação da proteção social.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A meta-análise é uma técnica amplamente utilizada para sintetizar resultados de diferentes estudos empíricos, permitindo a integração e quantificação dos dados em uma única estimativa estatística. A meta-análise oferece uma forma objetiva de avaliar a consistência dos resultados de diversas pesquisas, identificando tendências gerais e padrões que podem não ser evidentes em estudos isolados. Desenvolvida inicialmente por Hedges e Olkin (1985), essa metodologia ganhou destaque por sua capacidade de combinar dados de múltiplos estudos e aumentar a robustez das conclusões científicas, sobretudo em áreas com grande volume de pesquisas empíricas.

Uma das grandes vantagens da meta-análise é a capacidade de lidar com a heterogeneidade entre os estudos, permitindo a análise de variações nos resultados devido a diferenças nas amostras, métodos ou contextos. Isso é especialmente relevante em estudos que envolvem políticas públicas e assistência social, onde as realidades socioeconômicas podem variar significativamente entre países ou regiões. Assim, a meta-análise possibilita a obtenção de uma visão mais completa sobre os efeitos das despesas públicas com assistência social ao longo do tempo e em diferentes contextos, contribuindo para a formulação de políticas mais eficazes.

Em complemento à meta-análise, a Teoria do Enfoque Meta-analítico Consolidada (TEMAC), proposta por Abramo e D'Angelo (2011), avança ao estruturar o processo de revisão sistemática de forma integrada, permitindo que os estudos sejam analisados a partir de

princípios e leis bibliométricas. O TEMAC não apenas oferece uma síntese quantitativa, como também orienta a análise da produtividade científica, o impacto dos estudos e a formação de redes colaborativas entre autores e instituições. Essa abordagem meta-analítica consolidada permite que os estudos sejam validados por evidências objetivas, utilizando critérios rigorosos de análise e minimizando vieses na avaliação da literatura.

Dessa forma, tanto a meta-análise quanto o TEMAC possibilitam uma análise multidimensional da produção científica, integrando os resultados de diferentes estudos e proporcionando uma visão abrangente das tendências e lacunas existentes na área de assistência social. Ao aplicar essas técnicas, o estudo não apenas avalia o impacto das despesas públicas, mas também contribui para a criação de uma base sólida de conhecimento que pode ser utilizada para orientar futuras pesquisas e políticas públicas mais efetivas.

Este estudo é classificado como exploratório, visando proporcionar uma compreensão mais aprofundada sobre as despesas com políticas públicas de assistência social, permitindo delinear de forma mais precisa o problema investigado. Quanto ao procedimento metodológico, adotou-se a revisão sistemática da literatura, que possibilita a síntese do conhecimento acumulado em estudos específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de premissas fundamentadas (Paul & Criado, 2020; Jebarajakirthy et al., 2021).

A abordagem da pesquisa é qualitativa (Öztürk et al., 2024), com foco em identificar e considerar as semelhanças e diferenças significativas entre as pesquisas previamente conduzidas, a fim de ampliar as possibilidades interpretativas dos resultados e gerar interpretações mais aprofundadas (Okoli, 2019).

O método adotado foi a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório por meio da Teoria do Enfoque Meta Analítico Consolidada - TEMAC. Segundo Mariano e Rocha (2017), este método permite integrar as exigências atuais da literatura a respeito de trabalhos científicos com precisão, robustez, validade, funcionalidade, tempo e custos, estabelecidos por Abramo e D'Angelo (2011).

De acordo com Mariano e Rocha (2017), a abordagem integrativa oferecida pelo TEMAC na revisão sistemática da literatura é caracterizada por uma solução simples, porém robusta, baseada em leis bibliométricas. Um dos principais aspectos destacados pelos autores é o aprimoramento da colaboração entre vários bancos de dados e pesquisadores de diferentes disciplinas. Mariano e Rocha (2017) explicam ainda que as abordagens meta-analíticas muitas vezes careciam de leis e princípios explícitos que regem suas pesquisas, tornando o desenvolvimento do modelo integrativo TEMAC um avanço significativo nesse domínio específico de estudos.

As três etapas da pesquisa TEMAC são:

(a) preparação da pesquisa;
(b) apresentação e inter-relação dos dados; e
(c) detalhamento, modelo integrador e validação por evidências.

Na primeira etapa é feita uma busca baseada nas perguntas da pesquisa a serem respondidas:

- Qual o descritor, *string* ou palavra-chave da pesquisa?
- Qual o campo espaço-tempo da pesquisa?
- Quais as bases de dados serão utilizadas?

- Quais áreas de conhecimento serão utilizadas?

Na segunda etapa é utilizada leis da bibliometria para realizar análise de relação entre os registros encontrados. Os pesquisadores podem se aprofundar em vários aspectos de um tópico, como conduzir uma análise aprofundada dos periódicos acadêmicos mais influentes na área, examinar as tendências de publicação de periódicos, rastrear a evolução do tópico em diferentes anos, identificar os documentos de pesquisa mais citados, comparar a produtividade dos autores em termos de publicações versus citações recebidas e analisar a prevalência de palavras-chave específicas na literatura.

Na terceira etapa são realizadas análises de *co-citation*, sendo utilizados mapas de calor, em que cores mais quentes e fontes em negrito enfatizam autores/conceitos que são usados com mais frequência, enquanto autores/conceitos utilizados esporadicamente são apresentados em cores mais frias e fontes menores (Zupic & Čater, 2015).

Para a construção da *string* de pesquisa foram utilizadas as seguintes palavras-chave: ("*public expens**" OR "*government expens**" OR "*state expens**" OR "*public expenditure**" OR "*government expenditure**" OR "*state expenditure**") AND ("*social assist**" OR "*social welfare*" OR "*social service**" OR "*social support*" OR "*social protection*" OR "*welfare program**" OR "*social policy*")

As bases de dados utilizadas para a pesquisa foram *Web of Science* e *Scopus*, selecionadas por serem reconhecidas pela qualidade e abrangência de seus registros acadêmicos. A busca nas bases foi realizada no período de 11 a 13 de outubro de 2024. A definição do campo espaço-tempo foi estabelecida como global, sem restrições de países ou continentes, considerando publicações no recorte temporal de 2014 a 2024.

Na *Web of Science* os resultados foram filtrados pelas seguintes categorias: *Economics* e *Public Administration*, sendo encontrados 103 resultados. Já na *Scopus* a pesquisa foi filtrada nas áreas de *Economics*, *Econometrics*, *Finance* e *Business*, *Management*, *Accounting*, sendo encontrados 139 resultados.

Neste estudo, utilizou-se o software *VOSviewer* 1.16.20, para análise gráfica (mapa rede e de calor) dos dados bibliométricos, além do software *TagCrowd* para analisar a frequência das palavras-chaves por meio de nuvem de palavras.

Para a realização das análises estatísticas e a criação dos gráficos, foi utilizado o pacote *Bibliometrix* do software R, uma ferramenta de código aberto que permite uma análise abrangente do mapeamento da literatura científica. Além disso, o programa foi empregado para uniformizar as duas bases de dados em uma única base, permitindo que as análises contemplassem simultaneamente as informações da *Scopus* e da *Web of Science*.

Depois de consolidar as duas bases de dados em uma única base e eliminar os conteúdos duplicados (64 artigos estão duplicados nas bases), um total de 178 artigos foram identificados. Para definir a amostra final, aplicou-se critérios de exclusão previamente estabelecidos para assegurar que os artigos analisados fossem adequados ao tema central do estudo, que aborda as "despesas públicas na área de assistência social". Os artigos foram excluídos se não atenderam aos seguintes critérios:

- <u>Foco Temático</u>: Artigos cujo título e/ou resumo não abordassem claramente aspectos relacionados a despesas públicas ou à assistência social foram excluídos.

Temas que tangenciam questões de política pública, mas não envolvem financiamento ou serviços sociais diretamente, foram considerados irrelevantes.

- Ausência de Palavras-chave: Artigos que não mencionaram expressões como "assistência social", "gastos sociais", "transferências sociais", "serviços sociais", "programas de assistência" ou "despesas públicas em serviços sociais" também foram excluídos.
- Escopo do Estudo: Artigos que tratavam de políticas públicas ou gastos públicos, mas sem uma ligação explícita com assistência social ou proteção social, foram excluídos. Por exemplo, estudos focados em áreas como educação, saúde (quando não conectada a um componente de assistência social), infraestrutura ou segurança pública.
- Perspectiva Analítica: Estudos que se concentravam em análises técnicas muito específicas ou distantes do impacto social das despesas públicas (por exemplo, análises puramente matemáticas ou técnicas sem discutir implicações para a assistência social) foram desconsiderados.

Após a análise dos critérios de exclusão, chegou ao total de 70 artigos que compõe a amostra final deste trabalho e abre caminho para as análises de dados subsequentes que foram pertinentes à investigação da pesquisa.

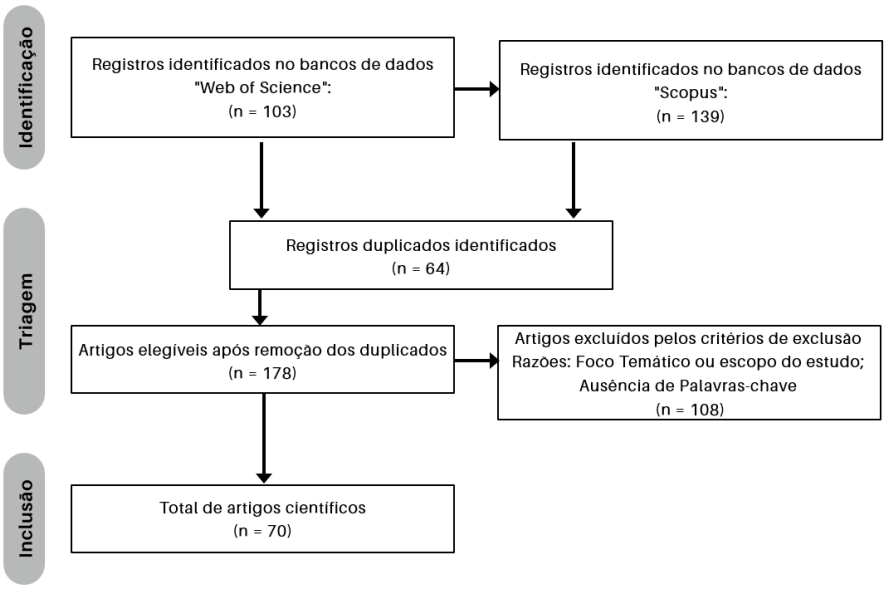

Figura 1: Adaptado de PRISMA2020: Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise temporal da produtividade das publicações entre 2014 e 2024 revela padrões interessantes, conforme se observa na figura 2.

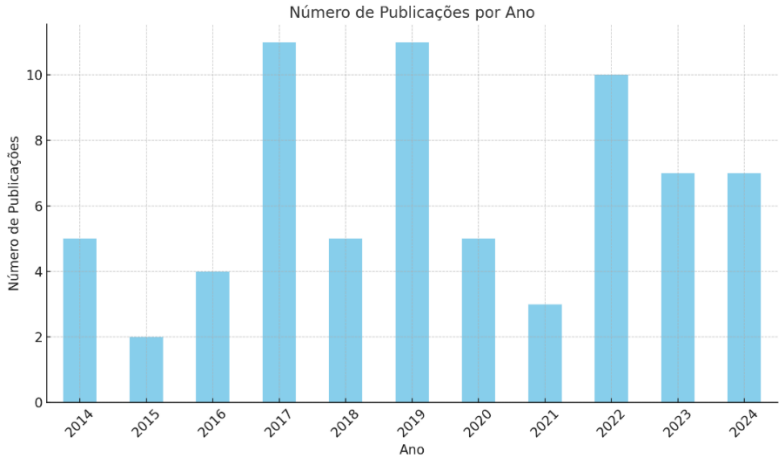

Figura 2: Quantidade de Publicações por Ano. Fonte: *Web Of Science* e *Scopus*

Observa-se um aumento acentuado no número de estudos em anos específicos, como 2017 e 2019, que apresentam picos notáveis. Após 2020, o gráfico mostra uma flutuação no número de publicações, com uma leve queda em 2021 e um crescimento seguido de estabilidade nos anos seguintes.

A literatura existente indica que, embora haja um número significativo de estudos sobre assistência social, ainda existem lacunas a serem preenchidas. Por exemplo, o artigo de Mandu & Azevedo (2024) destaca a necessidade de análises mais aprofundadas sobre o financiamento da assistência social no Brasil. Além disso, o estudo de Jaccoud et al. (2017) aponta para a importância de pesquisas que acompanhem as transformações no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e suas implicações para a proteção social.

Portanto, embora a produção acadêmica sobre despesas públicas com assistência social tenha apresentado crescimento em determinados períodos, ainda há espaço para pesquisas que aprofundem o conhecimento nessa área, especialmente no que tange à eficácia dos investimentos e à implementação de políticas públicas mais eficientes.

A análise dos resumos dos artigos permite observar algumas tendências e variações significativas:

Tabela 1: Publicações por período

Período	Observação
2014-2017	As publicações acadêmicas centraram-se em políticas sociais, gastos públicos e proteção social, examinando seus impactos no desenvolvimento socioeconômico. Os estudos destacaram a importância de investir em setores como educação, saúde e serviços sociais para promover o bem-estar e reduzir a pobreza, especialmente entre grupos vulneráveis. Houve debates sobre a sustentabilidade fiscal do Estado de bem-estar social diante do envelhecimento populacional e desafios ambientais ao crescimento econômico. Pesquisas exploraram como a descentralização e a responsabilidade social do setor público podem melhorar o acesso a serviços e promover a inclusão social. Além disso, questões relacionadas ao mercado de trabalho, desemprego e distribuição de renda foram analisadas em diversos contextos nacionais.
2018-2020	Os estudos abordaram questões sobre como políticas sociais, estruturas institucionais e práticas governamentais impactam o desenvolvimento socioeconômico, a distribuição de renda e o bem-estar social. Temas como a eficiência dos gastos sociais, a influência da flexibilidade do mercado

	de trabalho nos gastos em proteção social, o papel das políticas fiscais na promoção da equidade e os desafios na implementação de programas de bem-estar foram amplamente discutidos. As pesquisas focaram em como as complexidades e desafios enfrentados pelos Estados na busca por sistemas de proteção social mais eficazes e justos, bem como sobre as implicações dessas políticas para o crescimento econômico e a coesão social em diversos contextos nacionais e regionais.
2021-2024	A literatura acadêmica continuou a explorar profundamente questões relacionadas a políticas sociais, alocação de gastos públicos, eficiência de programas de bem-estar e seus impactos no desenvolvimento socioeconômico global. Temas como a eficácia de programas de transferência de renda, o papel dos investimentos públicos e privados na redução da pobreza, os efeitos de políticas fiscais na proteção social e os desafios na implementação de programas sociais em diferentes contextos nacionais foram amplamente discutidos.

Fonte: *Scopus* e *Web Of Science* (resumos dos artigos)

A tabela 2 apresenta as vinte publicações com maior impacto, considerando o número absoluto de citações, que representam aproximadamente 83% do total de citações.

Tabela 2: Artigos mais influentes e autores que publicaram sobre o tema

	Títulos do Artigo	Autor(es)	Citações
1	Decentralization and access to social services in Colômbia	Faguet J;Sanchez F	254
2	The environmental paradox of the welfare state: the dynamics of sustainability	Bailey D	156
3	The efficiency of social public expenditure in european countries: a two-stage analysis	Antonelli M;De B V	76
4	Politically driven cycles in fiscal policy: in depth analysis of the functional components of government expenditures	Castro V;Martins R	73
5	Child maintenance and social security interactions: the poverty reduction effects in model lone parent families across four countries	Skinner C;Meyer D;Cook K;Fletcher ;Michael M	57
6	Greying the budget: ageing and preferences over public policies	De M L;Schotte S;Tiongson E;Winkler H	53
7	A new welfare regime in the making? Paternalistic welfare pragmatism in China	Mok K;Qian J	50
8	Counting care work in social policy: valuing unpaid child- and eldercare in korea	Yoon J	46
9	Fiscal welfare in europe: why should we care and what do we know so far?	Morel N;Touzet C;Zemmour M	40
10	Government social spending in the eu countries: efficiency in poverty and income inequality reduction	Cyrek M	36
11	Health expenditures spent for prevention, economic performance, and social welfare	Wang F;Wang J;Huang Y	34
12	Public social responsability as a key element in employment policy	Gámez M;González J	28
13	Structure of general government expenditure on social protection in the eu member states	Halaskova R	26
14	Analysis of the relationship between the size and structure of public expenditure and socio-economic development	Merickova B;Nemec J;Svidronova M;Pischko V	25
15	The intended consequences of the social assistance grants in south africa	Gutura P;Tanga T	23
16	Efficiency comparison of pro-growth poverty reduction spending before and during the covid-19 pandemic: a study of regional governments in indonesia	Rambe R;Purmini P;Armelly A;Alfansi L;Febriani	23
17	Labor market rigidity, social policies and the labor share: empirical evidence before and after the big crisis	Parisi M	19
18	Dynamic social security after the crisis: towards a new welfare state?	Diamond P;Lodge G	17
19	Public expenditures in areas of public sector: analysis and evaluation in eu countries	Halásková M;Halásková R	15
20	The decentralization of social assistance and the rise of disability insurance enrolment	Roelofs G;Van V D	15

Fonte: Web Of Science e Scopus

Os 20 artigos estudados obtiveram uma média de 53 citações. Dentre esses, 7 artigos acumularam mais de 50 citações até o momento da coleta dos dados, indicando influência significativa na área.

Essa distribuição desigual de citações sugere algumas considerações importantes. A presença de artigos com alto número de citações indica que certos estudos alcançaram visibilidade e impacto substanciais na literatura. No entanto, o fato de outros artigos terem menos citações pode refletir tanto a natureza emergente de tópicos específicos dentro da área quanto a necessidade de maior divulgação e discussão desses achados.

Ademais, a ausência de autores recorrentes sinaliza uma possível carência de pesquisadores dedicados a aprofundar sistematicamente essa área, o que pode limitar o desenvolvimento teórico e prático e o entendimento dos gastos sociais e das políticas de bem-estar no setor público.

A análise bibliométrica revelou uma predominância de estudos sobre despesas públicas com assistência social provenientes de regiões como a Europa Ocidental e a América do Norte. Essa concentração pode ser atribuída à maior capacidade de pesquisa acadêmica e ao histórico consolidado de políticas públicas nessas áreas. Em contrapartida, regiões como a América Latina e a África apresentam menor representação na literatura, o que pode indicar uma lacuna significativa em estudos que considerem contextos sociopolíticos e econômicos distintos. Essa disparidade sugere a necessidade de ampliar a produção científica em contextos sub-representados, permitindo uma compreensão mais diversa das práticas e desafios enfrentados em diferentes partes do mundo.

A tabela 3 abaixo apresenta os dados referentes à quantidade de registros documentais e ao volume de citações dos respectivos periódicos nas bases de dados especificadas.

Tabela 3: Revistas que mais publicaram

Títulos da Revista	Registros	Citações
Public Choice	1	254
New Political Economy	1	156
Journal of European Social Policy	3	91
Applied Economics	2	84
European Journal of Political Economy	1	73
Equilibrium-Quarterly Journal of Economics and Economic Policy	1	36
CIRIEC-Espana Revista de Economia Publica, Social Y Cooperativa	2	35

Fonte: Web Of Science e Scopus

Destaca-se que as revistas "*Public Choice*" e "*New Political Economy*", apesar de cada uma ter apenas um artigo publicado na amostra, acumularam, respectivamente, 254 e 156 citações. Isso indica que os artigos publicados nessas revistas tiveram um impacto significativo na área de estudos sobre gastos sociais e políticas de bem-estar.

No conjunto, essas revistas somam 729 citações provenientes de 11 artigos, o que representa aproximadamente 57% do total de citações da amostra. Esse dado evidencia que uma parcela significativa do impacto acadêmico está concentrada em um número limitado de periódicos.

Essa distribuição desigual de citações sugere algumas considerações importantes. Primeiramente, a alta concentração de citações em poucos periódicos indica que certos artigos e revistas alcançaram maior visibilidade e influência na literatura. Por outro lado, a maioria das

revistas na amostra possui menos artigos e citações, o que pode refletir a natureza diversificada e interdisciplinar do campo de estudos sobre gastos sociais e políticas de bem-estar.

Ademais, a ausência de autores com múltiplas publicações nessas revistas de maior impacto revela uma dispersão nas contribuições acadêmicas e possivelmente uma falta de continuidade nas pesquisas sobre o tema. Isso pode indicar que não há um grupo consolidado de pesquisadores liderando os avanços nessa área, o que pode limitar o desenvolvimento teórico e prático do conhecimento.

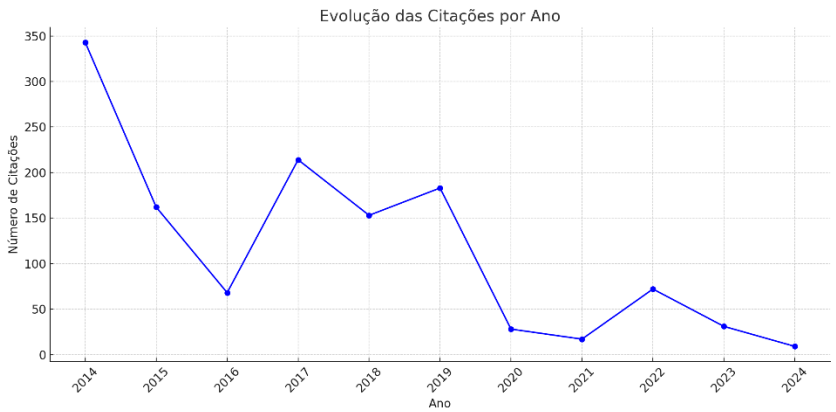

Figura 3: Evolução das Citações. Fonte: *Web Of Science* e *Scopus*

A figura 3 evidencia que os artigos com maior número de citações estão concentrados nos anos de 2014 a 2017, indicando que esses trabalhos tiveram um impacto significativo na literatura acadêmica. A redução no número de citações em anos posteriores não necessariamente reflete a qualidade ou relevância dos artigos, mas sim o tempo insuficiente para que sejam amplamente reconhecidos e citados. É esperado que, nos próximos anos, os artigos mais recentes acumulem mais citações à medida que ganhem destaque e sejam incorporados em novas pesquisas.

Para melhorar a compreensão dos temas principais nos títulos e resumos dos documentos localizados, foi utilizada a ferramenta on-line *TagCrowd* para avaliação de conteúdo. A etapa inicial envolveu a extração de todas as palavras-chave dos 70 artigos recuperados para o estudo. Posteriormente, essas palavras-chave foram inseridas na plataforma *TagCrowd*, resultando na identificação das palavras que ocorrem com mais frequência nos registros. Notavelmente, o tamanho da fonte de cada palavra foi ajustado proporcionalmente com base na frequência de sua repetição, oferecendo uma representação visual das principais áreas de foco na literatura de pesquisa.

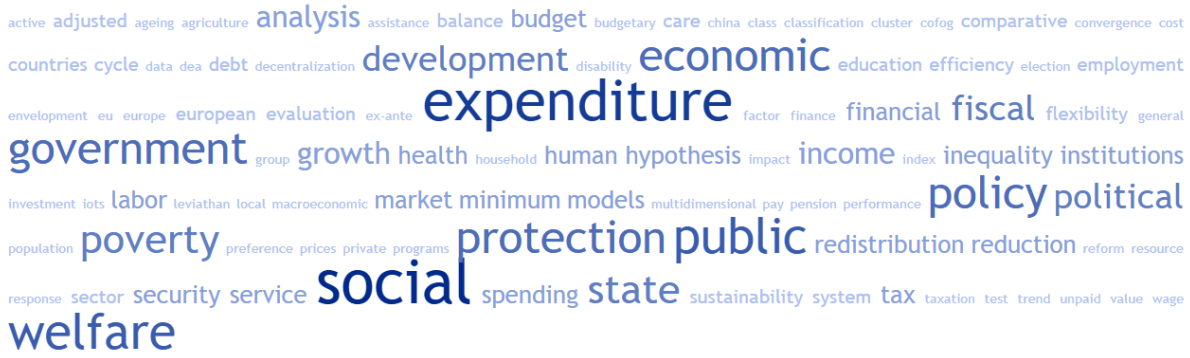

Figura 4: Nuvens de Palavras. Fonte: *Web Of Science* e *Scopus*.

A utilização de métodos bibliométricos tem se mostrado uma ferramenta eficaz para compreender a distribuição de temas e a relação entre conceitos em um campo específico do conhecimento. No presente estudo, foi aplicado o software *VOSviewer* para a construção de um mapa de coocorrência de palavras-chave relacionadas às despesas com assistência social e às políticas públicas correlatas.

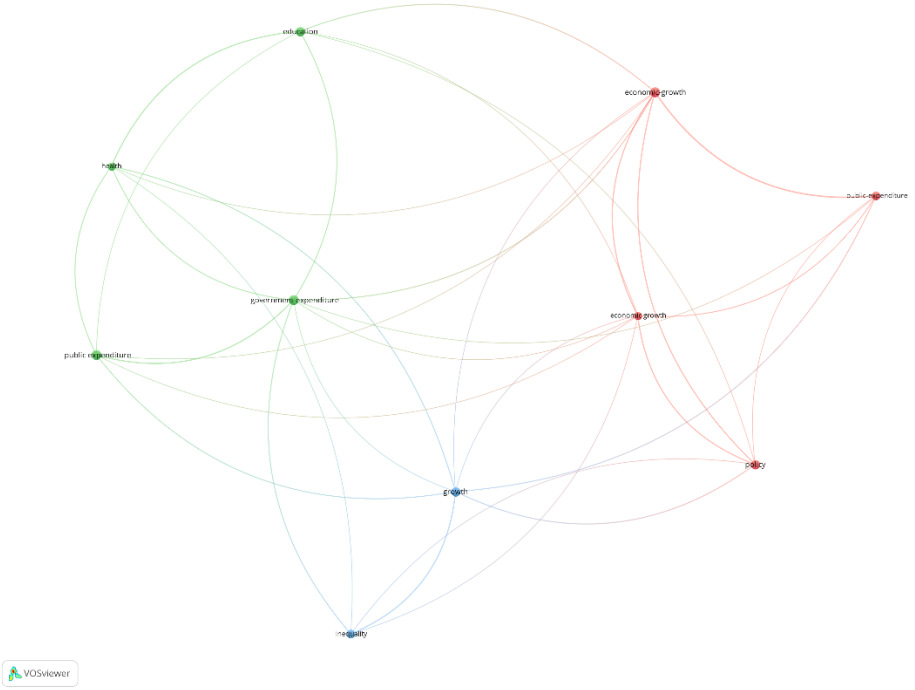

Figura 5: coocorrência de palavras-chave. Fonte: *Web Of Science* e *Scopus*.

A imagem gerada na figura 5 acima pelo *VOSviewer* destaca um conjunto de palavras-chave interconectadas, onde os nós representam os termos mais frequentes nos estudos revisados. Entre as palavras-chave identificadas, destacam-se "*public expenditure*" (despesa pública), "*economic growth*" (crescimento econômico), "*education*" (educação), "*health*" (saúde) e "*government expenditure*" (despesa governamental). A presença de vários termos relacionados sugere a existência de uma interrelação robusta entre despesas governamentais com assistência social e setores como saúde e educação.

A densidade das linhas que conectam os nós representa a frequência de coocorrência entre os termos nos estudos analisados. Linhas mais espessas e de coloração mais intensa indicam conexões mais fortes, sugerindo que esses conceitos são frequentemente abordados em conjunto na literatura acadêmica. Por exemplo, o forte vínculo entre "*public expenditure*" e "*economic growth*" destaca como a relação entre gastos públicos e crescimento econômico é um ponto de discussão central em pesquisas na área.

As cores atribuídas aos nós e linhas refletem diferentes clusters temáticos, cada um representando um subcampo de investigação. No caso do mapa em questão, é possível observar que termos como "*education*" e "*health*" formam um grupo relacionado às discussões sobre o impacto social dos gastos públicos. Outro cluster é constituído por termos como "*economic growth*" e "*policy*", apontando para estudos focados nas implicações macroeconômicas das políticas de assistência social.

No contexto do presente artigo, a análise de coocorrência reforça a importância de considerar as despesas com assistência social não apenas de forma isolada, mas em sua conexão com outras áreas como educação, saúde e políticas públicas voltadas para o crescimento econômico.

Por fim, após a realização dos levantamentos bibliométricos, procedeu-se à leitura integral dos sete artigos mais citados disponíveis nas bases de dados, com o intuito de examinar detalhadamente os estudos sobre despesas com assistência social e políticas de bem-estar. A análise focou nos problemas e soluções identificados, bem como nas conclusões e seus impactos na qualidade das políticas públicas no setor social. As informações coletadas foram sintetizadas na tabela 4.

Tabela 4: Síntese dos estudos

Autor/Ano	Problemas Identificados	Soluções para os problemas identificados	Impacto na qualidade informacional
Castro e Martins (2018)	Identificação de manipulações oportunistas em gastos governamentais com áreas visíveis ao eleitorado, incluindo proteção social e serviços públicos. Falta de aprofundamento específico em subcomponentes relacionados a assistência social.	Desenvolver políticas que aumentem a transparência e a governança nos processos de alocação de despesas sociais, garantindo que não sejam influenciadas por ciclos políticos. Reforçar auditorias e avaliações periódicas para monitorar a aplicação de recursos.	A implementação de medidas para assegurar a neutralidade das despesas em períodos eleitorais pode aumentar a eficácia das políticas de assistência social e fortalecer a confiança da sociedade na gestão dos recursos públicos.
Antonelli & De Bonis (2018)	Variabilidade significativa na eficiência das despesas sociais entre os países europeus, associada a fatores como corrupção, tamanho da população e nível de escolaridade. Inadequação em focar apenas em despesas, sem considerar a eficiência relativa dos resultados obtidos.	Adotar políticas que melhorem a transparência e a eficiência na alocação de recursos, além de considerar variáveis exógenas, como nível de escolaridade e mecanismos para reduzir a corrupção. Promover uma abordagem que integre múltiplos setores para gerar efeitos cruzados positivos.	Melhor uso dos recursos pode aumentar a eficiência das políticas sociais, levando a uma alocação mais equitativa e eficaz, com maior impacto em áreas como assistência social, garantindo padrões de vida melhores e reduzindo desigualdades sociais.
Skinner et al. (2017)	Interações complexas e pouco transparentes entre sistemas de manutenção infantil e benefícios sociais, resultando em menor potencial de redução da pobreza. Em alguns casos, a	Implementar políticas que tratem a manutenção infantil como complemento aos benefícios sociais, garantindo a passagem integral dos pagamentos às famílias beneficiárias. Promover análises contínuas para	A abordagem de complementaridade pode melhorar significativamente a eficácia das despesas sociais em reduzir a pobreza, aumentando a renda disponível de famílias

	manutenção é tratada como substituto dos benefícios sociais, reduzindo o valor recebido por famílias monoparentais.	expor e mitigar os efeitos de "clawback" e melhorar a transparência das políticas.	monoparentais e melhorando os resultados de proteção social.
De Mello et al. (2017)	A influência do envelhecimento populacional nas prioridades de gastos do governo, com menor suporte para despesas em educação e maior apoio a gastos em saúde e pensões. Assistência aos pobres não recebe tanto suporte entre as faixas etárias mais velhas.	Adotar estratégias que levem em consideração as mudanças nas prioridades conforme a faixa etária, promovendo políticas que equilibrem as demandas de diferentes grupos etários, especialmente para garantir investimentos em assistência social.	Melhor compreensão e adaptação das políticas públicas podem garantir uma distribuição mais equilibrada de recursos, beneficiando tanto a assistência social quanto outras áreas de bem-estar social.
Mok & Qian (2018)	Desigualdades regionais significativas e implementação pragmática das políticas sociais que priorizam o crescimento econômico em detrimento da proteção social. O apoio às políticas sociais varia conforme a capacidade fiscal dos governos locais e a força dos setores formais em relação aos informais.	Fortalecer a coordenação entre o governo central e local para promover uma distribuição equitativa de recursos. Introduzir políticas que assegurem que os programas de assistência social sejam desenhados para cobrir as necessidades de grupos vulneráveis, como trabalhadores informais.	A melhoria na alocação de despesas pode aumentar a efetividade das políticas de assistência social e reduzir desigualdades regionais, promovendo uma proteção mais equitativa e coesa que responda melhor às necessidades sociais em diferentes regiões.
Faguet & Sánchez (2014)	Implementação desigual da descentralização e dificuldades em assegurar que todos os municípios tenham autonomia fiscal suficiente para promover serviços sociais eficazes. Dependência de transferências centrais limita a capacidade de resposta local.	Incentivar maior arrecadação de receitas próprias por parte dos municípios e fortalecer a coordenação entre diferentes níveis de governo para melhorar a eficiência dos gastos. Criar mecanismos de apoio que reduzam a desigualdade de recursos entre municípios.	Melhor alocação e uso de recursos podem aumentar a eficiência das políticas sociais, especialmente na saúde e educação, com maior cobertura e melhor atendimento às necessidades locais, beneficiando populações vulneráveis e aumentando a transparência na gestão pública.
Bailey (2015)	Dependência dos estados de bem-estar em crescimento econômico insustentável para financiar despesas públicas. Desafios relacionados à sustentabilidade ambiental e fiscal em um cenário de pós-crescimento.	Promover políticas que combinem sustentabilidade ambiental com proteção social, garantindo que as despesas sociais sejam financiadas de forma equitativa e sustentável. Adotar abordagens de redistribuição de renda e estratégias de decrescimento que não sacrifiquem a proteção dos mais vulneráveis.	A consideração da sustentabilidade ambiental ao lado da fiscal pode melhorar a resiliência e a eficácia das políticas sociais, contribuindo para um modelo mais sustentável e justo de provisão de assistência social.

A análise da tabela 4 destaca desafios que afetam a eficácia das políticas de assistência social, especialmente em termos de alocação de recursos e eficiência das despesas. Esses desafios estão intimamente ligados à qualidade informacional, pois, quando não adequadamente tratados, podem comprometer a transparência e a efetividade dos programas de assistência.

Um ponto de consenso entre os estudos analisados é a importância de políticas mais transparentes e eficientes que assegurem a equidade na distribuição dos recursos (Antonelli & De Bonis, 2018; Mok & Qian, 2018). A falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e a ausência de mecanismos robustos de monitoramento resultam em alocações

desiguais e em uma menor efetividade na entrega dos serviços. Isso evidencia que, sem um planejamento adequado e um sistema de avaliação contínua, a qualidade das informações reportadas e a efetividade das políticas ficam prejudicadas.

Além disso, os estudos ressaltam a importância da adaptação das políticas às especificidades regionais e à natureza das necessidades sociais (Skinner et al., 2017; De Mello et al., 2017). A incapacidade de lidar com essas variáveis limita o impacto positivo das despesas com assistência social, levando à ineficiência e à falta de alinhamento com as metas de desenvolvimento social. Isso ressalta um paradoxo onde políticas projetadas para melhorar a qualidade de vida e a equidade acabam por ser inadequadas ou insuficientes, devido à falta de adaptação e flexibilidade nos mecanismos de aplicação e distribuição de recursos.

Portanto, existe a necessidade de um aprimoramento contínuo das práticas de gestão e monitoramento das despesas públicas com assistência social, garantindo que as políticas sejam não apenas implementadas de forma eficiente, mas também ajustadas para responder às realidades locais e promover uma alocação justa e equitativa dos recursos.

Na amostra dos 70 artigos selecionados nas bases de dados Web of Science e Scopus, foram identificados dois estudos relevantes produzidos por instituições brasileiras. A inclusão de trabalhos nacionais reforça a contribuição do Brasil no cenário acadêmico internacional e enriquece a análise sobre despesas sociais com perspectivas locais e específicas. Esses artigos proporcionam uma visão detalhada dos desafios e das políticas sociais no contexto brasileiro, essencial para compreender a realidade socioeconômica e as peculiaridades do país.

- Kerstenetzky (2023) – Investimento público em serviços sociais como componente central de uma agenda de desenvolvimento: Kerstenetzky (2023), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defende a centralidade dos serviços sociais públicos como peça-chave em uma estratégia de desenvolvimento voltada não apenas para o crescimento econômico, mas para o bem-estar e a equidade social. A autora discute que investimentos em serviços sociais, como saúde e educação, são fundamentais para a formação de capital humano e para a redução de desigualdades. Segundo Kerstenetzky (2023), essa abordagem promove a inclusão social, pois possibilita maior participação econômica de grupos como as mulheres e contribui para a mitigação de desigualdades de gênero e raça. Esse foco no investimento em serviços sociais representa uma visão ampliada do desenvolvimento, onde as políticas públicas desempenham um papel decisivo na criação de uma sociedade mais justa e sustentável (Kerstenetzky, 2023).
- Welle e Oliveira (2023) – The shrinking State: exploring the links between public spending and class, race, and gender vulnerability in Brazil: O estudo de Welle e Oliveira (2023), da Universidade de Campinas, analisa a redução dos gastos públicos e suas implicações para diferentes grupos sociais no Brasil. Os autores destacam que políticas de austeridade têm impactos significativos na capacidade do Estado de prover serviços essenciais, o que afeta de maneira desproporcional as populações mais vulneráveis em termos de raça, classe e gênero. Welle e Oliveira (2023) argumentam que cortes em despesas sociais aprofundam as desigualdades, reforçando a necessidade de políticas fiscais que assegurem a manutenção e a expansão

dos serviços sociais para proteger os grupos mais vulneráveis da sociedade. Essa análise enfatiza a importância de um Estado robusto e atuante na mitigação de desigualdades estruturais e na promoção de equidade (Welle & Oliveira, 2023).

Esses dois estudos brasileiros enriquecem a discussão sobre a alocação e a eficiência dos gastos sociais, trazendo à tona a relevância das políticas públicas para a promoção da equidade e do desenvolvimento sustentável. Além disso, destacam a importância de se considerar os impactos de políticas fiscais e de investimento social sob uma lente crítica, especialmente em contextos marcados por desigualdades históricas. A inclusão dessas análises na literatura internacional evidencia a importância de uma abordagem focada na assistência social para fortalecer o bem-estar coletivo e a justiça social.

5. CONCLUSÃO

A análise bibliométrica das despesas públicas com assistência social realizada neste estudo revelou observações importantes sobre a evolução e as lacunas de pesquisa nessa área. Primeiramente, a revisão da literatura destacou um crescimento significativo no interesse acadêmico pelo tema, especialmente após eventos de crises econômicas e sociais que intensificaram o debate sobre o papel do Estado na proteção social. No entanto, esse aumento na produção científica foi acompanhado de uma concentração das publicações em determinados periódicos e regiões geográficas, como Europa Ocidental e América do Norte, evidenciando uma desigualdade no desenvolvimento do conhecimento sobre o tema.

A pesquisa identificou que, apesar da relevância do assunto, ainda há uma dispersão nas contribuições acadêmicas e uma ausência de autores recorrentes que consolidem uma linha contínua de investigação. Essa característica limita a capacidade de aprofundamento teórico e a criação de uma base mais robusta de conhecimento. A literatura sobre despesas com assistência social carece de um número maior de estudos comparativos que possam oferecer uma visão holística das melhores práticas em diferentes contextos culturais e econômicos.

Outro ponto relevante observado foi a diferença no enfoque das pesquisas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Em países da OCDE, as análises tendem a investigar a sustentabilidade dos sistemas de bem-estar social e o impacto de políticas de austeridade, enquanto em países em desenvolvimento, as pesquisas frequentemente focam na efetividade dos programas de transferência de renda e nos desafios da implementação de políticas sociais com recursos limitados. Essa disparidade aponta para a necessidade de estudos que explorem como práticas eficazes em países com maior investimento em assistência social podem ser adaptadas e aplicadas em contextos com restrições orçamentárias.

Os métodos utilizados nesta revisão, incluindo a meta-análise e as abordagens de análise bibliométrica, reforçaram a relevância do método TEMAC para mapear e visualizar a produção científica. Esse método não apenas facilita a compreensão das tendências e lacunas na literatura, mas também permite a identificação de palavras-chave e temas que dominam o campo de estudo.

A distribuição das citações e a análise dos periódicos mais influentes revelaram que poucos artigos concentram a maioria das citações, indicando que alguns estudos específicos se tornaram referências essenciais. Por outro lado, a existência de artigos com menor impacto em

termos de citações ressalta a importância de uma maior divulgação e da realização de estudos que ampliem o debate para novas perspectivas e contextos. Essa disseminação é que fará com que as descobertas acadêmicas sejam aplicadas de forma prática nas políticas públicas.

Os resultados também sugerem que o desenvolvimento da assistência social como política pública eficaz está intrinsicamente ligado a fatores como transparência, controle interno e a eficiência na alocação de recursos. A experiência de países como França e os desafios enfrentados pelo Brasil foram contrastados para evidenciar que modelos de financiamento e a gestão de recursos podem influenciar diretamente a eficácia das políticas sociais. Isso implica que os países em desenvolvimento devem buscar não apenas aumentar os investimentos em assistência social, mas também aprimorar os mecanismos de gestão para assegurar que os recursos atinjam os resultados esperados.

A análise das principais revistas acadêmicas que publicam sobre o tema revelou que publicações de maior impacto estão concentradas em periódicos de renome em economia e administração pública. Essa concentração reflete a relevância do tema no debate econômico e a necessidade de políticas eficazes que equilibrem as pressões por austeridade com a demanda por uma proteção social abrangente. A inclusão de novos autores e a ampliação do escopo de estudos são passos importantes para diversificar as perspectivas e enriquecer o campo de pesquisa.

Um desafio notável identificado nesta pesquisa foi a ausência de estudos longitudinais que analisem o impacto de políticas sociais ao longo de décadas, o que seria essencial para entender melhor as implicações de longo prazo das despesas públicas com assistência social. Essa lacuna pode ser preenchida com estudos futuros que utilizem métodos mistos, combinando abordagens quantitativas e qualitativas para fornecer uma visão mais completa dos resultados e da efetividade das políticas.

Por fim, a pesquisa conclui que, embora existam avanços significativos no entendimento das despesas públicas com assistência social, a literatura ainda precisa de maior aprofundamento em áreas como a eficiência do gasto público, a comparação de diferentes modelos de gestão e a análise da transparência e controle social. O incentivo a uma maior colaboração entre pesquisadores e a disseminação das melhores práticas internacionais são essenciais para promover um sistema de assistência social mais eficaz e equitativo.

Portanto, este estudo não apenas mapeou as tendências de pesquisa na área de assistência social, mas também destacou a importância de uma abordagem mais integrada que considere as especificidades locais e promova políticas baseadas em evidências. Essa perspectiva é fundamental para que as políticas públicas sejam capazes de responder aos desafios contemporâneos e contribuir para a redução da desigualdade social e a promoção do bem-estar geral.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, G., D'ANGELO, C. A. Evaluating research: from informed peer review to bibliometrics. Scientometrics, 87, p.499–514, 2011.

ANTONELLI, M. A., & DE BONIS, V. (2019). The efficiency of social public expenditure in European countries: a two-stage analysis. Applied Economics, 51(1), 47-60.

BAILEY, D. (2015). The environmental paradox of the welfare state: The dynamics of sustainability. New political economy, 20(6), 793-811.

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.
BEHRING, E. R. (2013). France and Brazil: different social security realities interwoven in the historical flow. Serviço Social & Sociedade, 7-52.

CASTRO, V., & MARTINS, R. (2018). Politically driven cycles in fiscal policy: In depth analysis of the functional components of government expenditures. European Journal of Political Economy, 55, 44-64.

CAVALCANTE, A. A. (2022). A trajetória da política de assistência social no Brasil: a influência das instituições, dos atores e dos arranjos institucionais. Revista Inter-Legere, 5(33), c28541-c28541.

COURI, J. R., & DA SILVA SALVADOR, E. (2017). As dimensões do financiamento da Política de Assistência Social no Brasil. Argumentum, 9(3), 81-97.

DE MELLO, L., SCHOTTE, S., TIONGSON, E. R., & WINKLER, H. (2017). Greying the budget: Ageing and preferences over public policies. Kyklos, 70(1), 70-96.

FAGUET, J. P., & SÁNCHEZ, F. (2014). Decentralization and access to social services in Colombia. Public choice, 160, 227-249.

FERDI, CELIKAY. (2022). Social spending and chronic unemployment: evidence from OECD countries. Review of Economic and Political Science, doi: 10.1108/reps-02-2022-0020

HEDGES, L. V., & OLKIN, I. (1985). Statistical methods for meta-analysis. Academic press.

JEBARAJAKIRTHY, C., MASEEH, H. I., MORSHED, Z., SHANKAR, A., ARLI, D., & PENTECOST, R. (2021). Mobile advertising: A systematic literature review and future research agenda. International Journal of Consumer Studies, 45(6), 1258-1291. https://doi.org/10.1111/ijcs.12728.

JACCOUD, L., BICHIR, R., & MESQUITA, A. C. (2017). O SUAS na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas. Novos estudos CEBRAP, 36, 37-53.

JINGGA, GALUH, LUMINTANG., HEPPY, PURBASARI. (2022). Social Assistance Expenditure as Mediating in Regional Original Income, General Allocation Funds, Against the Number of Poor People. International journal of scientific and research publications, 12(7):494-505. doi: 10.29322/ijsrp.12.07.2022.p12756

MOK, K. H., & QIAN, J. (2019). A new welfare regime in the making? Paternalistic welfare pragmatism in China. Journal of European Social Policy, 29(1), 100-114.

KERSTENETZKY, C. L., & GUEDES, G. P. (2018). O Welfare State resiste? Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE. Ciência & Saúde Coletiva, 23, 2095-2106.

KERSTENETZKY, C. L. (2023). Investimento público em serviços sociais como componente central de uma agenda de desenvolvimento. Revista do Serviço Público, 74(1), 64-86.

MANDU, J. A. M., & AZEVEDO, N. L. D. (2024). Financiamento da política de assistência social: breve análise do desmonte dessa política no período de 2016 a 2023. Serviço Social & Sociedade, 147(2), e-6628375.

MARIANO, A.M; ROCHA, M.S. Revisão da Literatura: Apresentação de uma Abordagem Integradora. AEDM International Conference – Economy, Business and Uncertainty: Ideas for a European and Mediterranean industrial policy. Reggio Calabria (Itália), 2017.

MIRYAM, DE, LA, CONCEPCIÓN, GONZÁLEZ-RABANAL. (2021). Challenges of the Welfare State: The Spanish Case. Journal of international business research, doi: 10.18775/10.18775/JIBRM.1849-8558.2015.65.3001

OLENA, BOIKO., SVITLANA, KUCHERENKO. (2022). The essence and task of the innovative policy of social direction in today's conditions. University Economic Bulletin, doi: 10.31470/2306-546x-2022-54-7-19

OKOLI, C. (2019). Guia para realizar uma Revisão Sistemática de Literatura. EAD em Foco, 9(1).

ÖZTÜRK, O., KOCAMAN, R., & KANBACH, D. K. (2024). How to design bibliometric research: an overview and a framework proposal. Review of managerial science, 1-29. https://doi.org/10.1007/s11846-024-00738-0.

PAGE, MATTHEW J. ET AL . A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília , v. 31, n. 2, e2022107, 2022 . Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742022000201700&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 jun. 2023. Epub 13-Jul-2022. http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742022000200033.

PAUL, J., & CRIADO, A. R. (2020). The art of writing literature review: What do we know and what do we need to know?. International business review, 29(4), 101717. https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2020.101717.

SKINNER, C., MEYER, D. R., COOK, K., & FLETCHER, M. (2017). Child maintenance and social security interactions: The poverty reduction effects in model lone parent families across four countries. Journal of Social Policy, 46(3), 495-516.

ZUPIC, I., CATER, T. Bibliometric methods in management and organization. Organizational Research Methods, 18(3), p. 429-472, 2015.

WELLE, A., & DE OLIVEIRA, A. L. M. (2024). The shrinking State: exploring the links between public spending and class, race and gender vulnerability in Brazil1. Thank you for your interest in this ECLAC publication, 199.